

CONCURSO PÚBLICO DESTINADO À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO
DE FORNECIMENTO DE LAMELAS PARA O DECANTADOR
SECUNDÁRIO DA FÁBRICA DE ÁGUA DA GUIA

TA_21_242_CP_B_018_DMA

CADERNO DE ENCARGOS

DEZEMBRO 2021

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento, pelo adjudicatário, de lamelas para o decantador secundário da Fábrica de Água da Guia, nos termos melhores definidos no Anexo I ao presente caderno de encargos, em observância das disposições expressas neste Caderno de Encargos, e respetivos anexos e na Lei, mormente no Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Adjudicatário.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte à sua outorga e deverá ser executado num prazo máximo de 120 (*cento e vinte dias*) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, tendo o Adjudicatário mais de um representante e outorgando o contrato em parte com assinatura(s) digital(is) e em parte com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data da última assinatura digital. Caso o Adjudicatário outorgue apenas com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data que tenha sido aposta conjuntamente com a(s) assinatura(s).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.ª

Obrigações do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as seguintes:

- a) Fornecimento e montagem das peças previstas nas especificações técnicas, conforme Anexo I ao presente caderno de encargos;
 - b) Assegurar os técnicos necessários à execução de qualquer serviço associado ao fornecimento e instalação dos bens objeto de contrato;
 - c) Assegurar todos os encargos de transporte, deslocação de técnicos e materiais, incluindo os EPI's, em especial calçado de segurança, fardamento, equipamentos anti-queda, bem como os respetivos riscos;
 - d) Executar os fornecimentos em tempo útil, no prazo definido no caderno de encargos, de modo a não influir com as rotinas normais de exploração, as condições de segurança das infraestruturas, pessoas, bens e tratamento das águas residuais, a quantidade e a qualidade das águas tratadas, salvaguardando as incidências ambientais;
 - e) Submeter-se à fiscalização da Tejo Atlântico.
3. Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no *site* da empresa <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/>.
 4. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os recursos humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento e montagem dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Adjudicatário obriga-se a entregar à Tejo Atlântico os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo I ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados

para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Adjudicatário é responsável perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.^a

Entrega dos bens

1. Os bens objeto de contrato devem ser entregues na Fábrica de Água da Guia sita na Estrada Nacional 247, 2750-642 Cascais.
2. Os bens deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (*sessenta*) dias a contar da data de entrada em vigor do contrato, salvo situações excecionais devidamente justificadas pelo Adjudicatário e aceites pela Tejo Atlântico.
3. Consideram-se como situações excecionais devidamente justificadas, nomeadamente, aquelas em que os prazos de entrega de materiais por parte do fabricante sejam superiores aos prazos referidos no número antecedente, cabendo ao Adjudicatário fazer prova de tal facto e não podendo, de qualquer modo, o período de tempo a mais ser superior ao previsto para a execução do contrato.
4. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com os bens objeto de contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
5. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto de contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.
6. Após entrega dos materiais, o Adjudicatário terá um prazo de até 30 (trinta) dias para a sua

montagem.

Cláusula 7.^a

Inspeção e testes de aceitação

1. Efetuada a entrega e montagem dos bens objeto de contrato, a Tejo Atlântico, por si ou através de terceiro por ela designada, procede no prazo de 5 (*cinco*) dias, à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 8.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de a análise da Tejo Atlântico a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior não comprovar a conformidade dos bens com as exigências técnicas ou legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a Tejo Atlântico deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa, no prazo de 2 (*dois*) dias úteis, à recolha dos bens nas instalações da Tejo Atlântico, salvo situações excecionais devidamente justificadas pelo Adjudicatário e aceites pela Tejo Atlântico.
3. Os bens recolhidos nos termos do número anterior deverão ser reparados ou substituídos, à sua custa e num prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, que cumpram as exigências legais, as características, especificações e requisitos técnicos exigidos no presente caderno de encargos.
4. Após a realização, pelo Adjudicatário, das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do n.º 1 da cláusula anterior.

Cláusula 9.^a

Aceitação dos bens e transferência da propriedade

1. Caso a análise da Tejo Atlântico a que se refere a cláusula 7.^a, comprove a conformidade dos bens entregues e montagem pelo Adjudicatário com as exigências técnicas e legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 (*dez*) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação.
2. Com a declaração de aceitação a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens a fornecer ao abrigo do contrato para a Tejo Atlântico, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Adjudicatário.
3. A assinatura da declaração a que se refere o nº 1 não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos, que, comprovadamente, se venham a verificar.

Cláusula 10.^a

Garantia técnica

Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante os bens objeto do contrato pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da data da assinatura da declaração de aceitação contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo I ao presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

Cláusula 11.^a

Garantia de continuidade de fabrico

O Adjudicatário deve assegurar a continuidade de fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram o bem objeto do contrato pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da assinatura da declaração de aceitação.

Cláusula 12.^a

Serviços

1. O adjudicatário obriga-se a efetuar para a Tejo Atlântico as montagens previstas no presente caderno de encargos conforme definido no Anexo I ao presente caderno de encargos;
2. Materiais

Estarão a cargo do Adjudicatário:

- a) Materiais e produtos de higiene e conforto, de prevenção e segurança;
- b) Consumos de economato;
- c) Equipamentos de proteção individual e coletiva, de acordo com as normas legais;

3. Meios Humanos

O Adjudicatário fica sujeito ao horário normal de funcionamento dos serviços da Tejo Atlântico, isto é, num período compreendido entre as 09h00 e as 18h00.

4. Prevenção e segurança

- 4.1. Para além do cumprimento da regulamentação interna da Tejo Atlântico e legislação em vigor, o Adjudicatário é sempre o responsável pela higiene e segurança da equipa afeta ao fornecimento e aos serviços associados, devendo ter em atenção não só o trabalho que este executa, mas também as condições que o rodeiam;
- 4.2. A Tejo Atlântico não assume nenhum compromisso no que respeita a transporte, alojamento, assistência médica e refeições do Adjudicatário;

- 4.3. O Adjudicatário deve tomar conhecimento e respeitar a regulamentação interna e do Regulamento de Prevenção e Segurança que vier a ser adotado pela Tejo Atlântico, e zelar para que se apresente ao serviço devidamente munido do equipamento adequado, de modo a que, as intervenções sejam realizadas em condições de absoluta segurança, devendo também dar conhecimento das ações que empreende com essa finalidade, reservando-se a Tejo Atlântico o direito de as aprovar;
 - 4.4. Será obrigatório o uso de equipamento de proteção individual;
 - 4.5. Os trabalhadores do adjudicatário deverão dispor da formação adequada ao trabalho em questão, designadamente, formação em trabalhos em altura e em espaços confinados com uso de EPI e de equipamentos de resgate;
 - 4.6. As condições de entrada e permanência do Adjudicatário nas instalações obedecerão aos procedimentos adotados pela Tejo Atlântico;
 - 4.7. O acesso e circulação de viaturas do Adjudicatário estarão condicionados aos procedimentos adotados pela Tejo Atlântico.
5. Procedimentos e documentos normativos:
- 5.1 Para além das regras e procedimentos referidos neste Caderno de Encargos, o Adjudicatário fica vinculado ao cumprimento da legislação nacional e comunitária aplicada à prestação de serviços e dos requisitos das normas em que a Águas do Tejo Atlântico, S.A., se encontra certificada, atual ou futuramente, designadamente NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP EN ISO 45001, NP EN 50001, NP EN ISO 55001, ISO 22000, ERP 5001 e SA 8000, e que se relacionem com os trabalhos a realizar;
 - 5.2 Caso exista alguma alteração no âmbito da certificação e/ou nos referenciais implementados ou a implementar pela Tejo Atlântico, durante a vigência do contrato, o Adjudicatário deve de igual modo assegurar o cumprimento dos respetivos requisitos.
6. Procedimento das Intervenções:
- 6.1 Princípios Gerais:

- a) Os trabalhos serão executados respeitando o estipulado neste caderno de encargos;
- b) Os trabalhos deverão ser executados com todo o cuidado e diligência, procurando causar a menor perturbação possível ao funcionamento das infraestruturas e respeitando as exigências da melhor técnica;
- c) A Tejo Atlântico pode fiscalizar a execução dos trabalhos e mandar suspender os que não estejam a ser realizados segundo as especificações técnicas do trabalho e do equipamento, não cumpram as boas regras da arte, não utilizem as ferramentas adequadas, ou não cumpram as melhores condições de segurança;
- d) Nem a fiscalização da Tejo Atlântico, nem o facto de esta ordenar essa suspensão, diminui a responsabilidade do Adjudicatário relativamente ao contrato e à realização dos trabalhos.

6.2 Disponibilização do equipamento:

- a) Fica a cargo da Tejo Atlântico proceder às ações necessárias junto dos seus diversos setores (operação, segurança, etc.) para disponibilização das condições que se impuserem à boa execução dos trabalhos e que não sejam da responsabilidade do Adjudicatário – autorização de trabalho;
- b) Fica a cargo do Adjudicatário verificar, antes do início dos trabalhos, que as instalações estão em condições de poder ser intervencionadas.

7. Durante a Execução dos Trabalhos:

7.1 Prevenção e Segurança:

- a) Para além do cumprimento da regulamentação interna da Tejo Atlântico e legislação em vigor, o Adjudicatário é responsável pela higiene e segurança, das instalações e dos equipamentos e do pessoal afeto ao fornecimento e serviços associados, devendo ter em atenção não só o trabalho que este executa, mas também as condições que o rodeiam;
- b) O Adjudicatário deve tomar conhecimento e respeitar a regulamentação interna e do Regulamento de Prevenção e Segurança que vier a ser adotado pela Tejo

Atlântico e zelar para que se apresente ao serviço devidamente munido do equipamento adequado, de modo a que, as intervenções sejam realizadas em condições de absoluta segurança, devendo também dar conhecimento das ações que empreende com essa finalidade, reservando-se a Tejo Atlântico o direito de as verificar;

- c) O Adjudicatário tem que efetuar sempre uma avaliação de forma a identificar os riscos associados ao trabalho a desenvolver. Contudo, a Tejo Atlântico poderá informar e alertar o Adjudicatário do potencial risco envolvido. Para estes trabalhos o Adjudicatário terá que tomar as providências necessárias ao cumprimento dos procedimentos de segurança em vigor na Tejo Atlântico;
- d) O Adjudicatário poderá usar procedimentos de segurança próprios se estes forem mais rigorosos do que os da Tejo Atlântico mediante a aprovação da Tejo Atlântico;
- e) A Tejo Atlântico reserva-se o direito de suspender e/ou condicionar o trabalho sempre que não sejam cumpridos os procedimentos de segurança em vigor. O Adjudicatário não poderá invocar a suspensão e/ou o condicionamento dos mesmos para evitar a aplicação de sanções contratuais conforme previsto na cláusula 23^a;
- f) Será obrigatório o uso de equipamento de proteção individual.

7.2 O acompanhamento dos trabalhos e as inspeções feitas pela Tejo Atlântico não desobrigam o Adjudicatário das suas responsabilidades.

7.3 Só após a verificação e/ou a autorização da Tejo Atlântico poderá ser montado ou fechado o equipamento e dado por concluído o trabalho.

7.4 O equipamento não poderá ser colocado em funcionamento sem autorização prévia do responsável da área de manutenção ou seu representante.

Cláusula 13.^a

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (*dois*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e

contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

5. O Adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. O Adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O Adjudicatário deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O Adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o Adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Adjudicatário,

este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 15.^a

Conservação de dados pessoais

- 1. O Adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
- 2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 16.^a

Transferência de dados pessoais

O Adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 17.^a

Dever de cooperação

1. O Adjudicatário deve cooperar com a Tejo Atlântico ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Adjudicatário em representação da entidade adjudicante;
 - b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 18.^a

Preço base e preço contratual

1. Pelo fornecimento e montagem dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço contratual não pode ser superior a 100.000,00 € (*cem mil euros*).
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 19.^a

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela Tejo Atlântico das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura da declaração de aceitação referida no n.º 1 da cláusula 9.
3. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Adjudicatário, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.os 1 a 4 da presente Cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição indicada pelo Adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 20.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Adjudicatário à Tejo Atlântico emitidas em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Deverá ser emitida após assinatura da declaração de aceitação a que se refere o n.º 1 da clausula 9.ª;
 - b) Número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - c) Identificação do bem fornecido e respetivas quantidades;
 - d) Preço unitário e global;
 - e) IVA à Taxa legal aplicável.
3. O Adjudicatário deve proceder à emissão das faturas em formato eletrónico (EDI), se tal lhe for aplicável, decorrente da aplicação e cumprimento da legislação em vigor para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei, n.º 123/2018, de 28 de dezembro, atualizado com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020 de 7 de Abril e com o despacho nº 437/2020-XXII, do Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais de 09 de novembro) ou outra que venha a estar em vigor no decorrer do contrato.
4. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
5. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Adjudicatário consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>;
6. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior,

resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora;

7. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 21.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:

Gestor do contrato: José Martins

Morada: Fábrica de Água de Alcântara, Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa

Telefone n.º 213 107 900

Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt

2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 22.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do Adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o Adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico, pode determinar que o Adjudicatário ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato de execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Adjudicatário depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 23.^a

Sancões contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Por cada dia de atraso em relação aos tempos fixados no ponto 2 da Cláusula 6ª, haverá lugar à aplicação de uma sanção contratual de 100€ (cem euros) diários;
 - b) Por cada dia de atraso em relação aos tempos fixados no ponto 6 da Cláusula 6ª, haverá lugar à aplicação de uma sanção contratual de 250€ (duzentos e cinquenta euros) diários;
 - c) Por cada dia de atraso em relação aos tempos fixados no ponto 2 da Cláusula 8ª, haverá lugar à aplicação de uma sanção contratual de 200€ (duzentos euros) diários;
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite dos 20% e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% do preço contratual.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens cujo atraso na entrega tenha determinado a resolução do contrato.
6. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 24.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são considerados de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que os invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergente do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 25.^a

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a 1 (um) mês ou declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja determinado pela Tejo Atlântico.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo da cláusula 23.^a relativamente ao objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 26.^a

Resolução do contrato por parte do Adjudicatário

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato quando os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista a alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito da resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 27.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura de seguro de Responsabilidade Civil e de Acidentes de Trabalho, com apólice de seguro válida para o objeto do contrato a celebrar.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Adjudicatário prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 28.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 29.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Tejo Atlântico e o Adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, entre o gestor de contrato designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na cláusula 21.^a, e o Adjudicatário para os contatos identificados em declaração do Adjudicatário nos termos do Anexo VII ao programa de procedimento.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 30.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 31.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 32.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DE TRABALHOS E TÉCNICAS

Item	Designação
1	Fornecimento de módulos de lamelas, incluindo estrutura de suporte e sistema anti flutuação em decantador de duas câmaras com as seguintes características: Tipo de decantador: Secundário Dimensões do decantador: - Comprimento útil do decantador: 15,5m - Largura útil: 6m (3+3m) - Altura decantador: 5 m Dados do processo: - Tipo de água a tratar: urbana - Caudal a tratar: 381 m³/h - Superfície projetada por m³/lamelar: 8,2 - VH (Velocidade de Hazen): 0,35 m/h - Inclinação módulos lamelares: 60° - Altura dos módulos lamelares: 1,5 m Especificações técnicas: - Material das lamelas: polipropileno (PP) - Geometria das lamelas: Hexagonal - Material das vigas e perfis de suporte das lamelas: PRFV pultruido com garantia contra corrosão - Dimensionamento das vigas: Considerar que os módulos lamelares terão carga de lama até 50% de colmatação. - Material dos apoios de suporte e parafusaria: aço inox AISI-316L Outros: - Inclusão de sistema anti flutuação que evite que os módulos lamelares flutuem e saiam da estrutura de suporte.

	Nota: No anexo II são apresentados os desenhos técnicos do decantador existente.
2	Montagem da estrutura, dos blocos de lamelas e dos sistema anti flutuação no decantador. Incluem-se neste âmbito a disponibilização de todas as ferramentas e meios de elevação, de acesso e de protecção coletiva necessários à realização deste trabalho. Este trabalho deverá ser considerado um trabalho em altura.
3	Transporte dos blocos de lamelas e todos os materiais necessários à sua montagem até ao local da sua montagem, incluindo todos os equipamentos de elevação e de movimentação necessários.

ANEXO II

DESENHOS E DETALHES DO DECANTADOR BIOLÓGICO

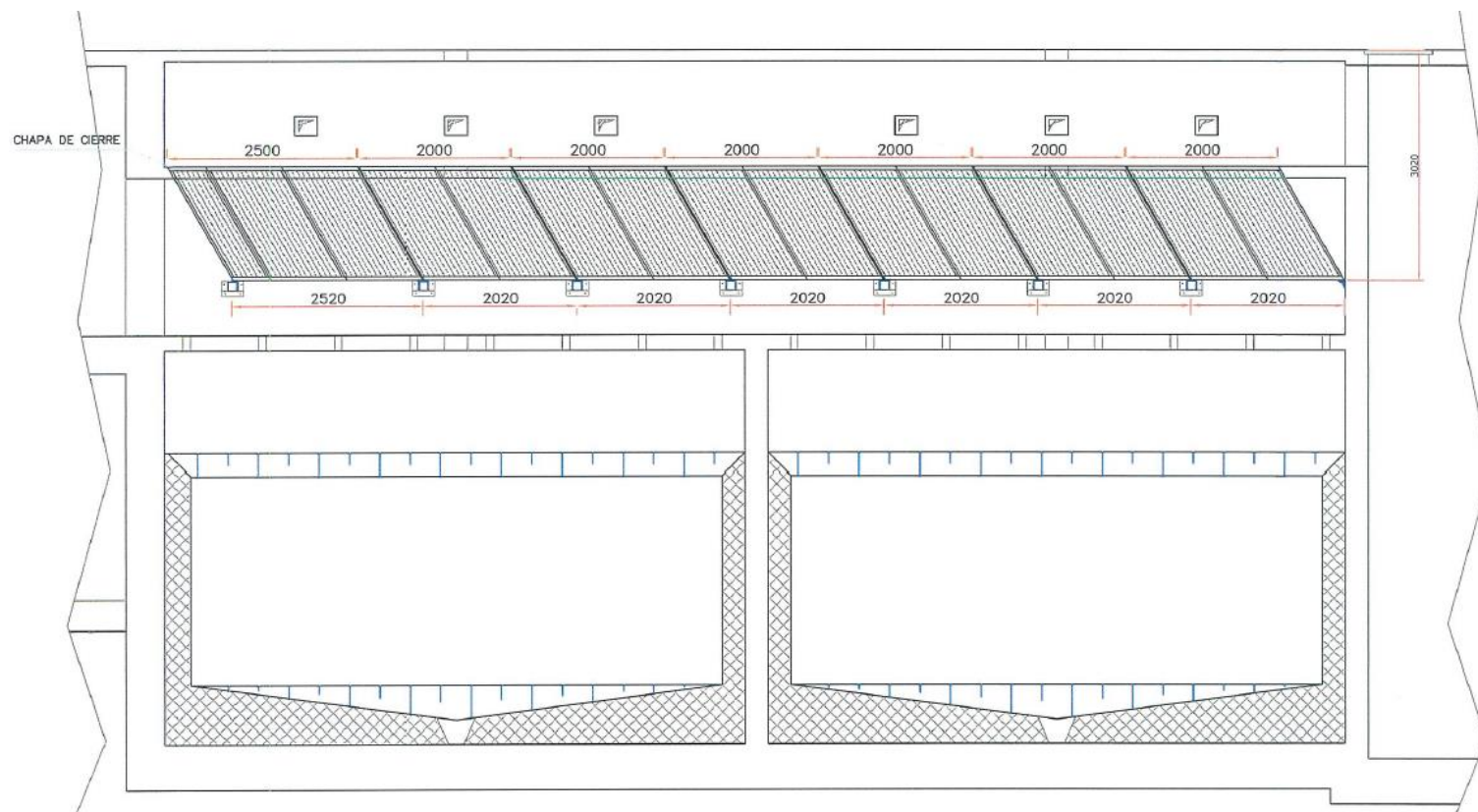


Figura 1 - Corte longitudinal do decantador

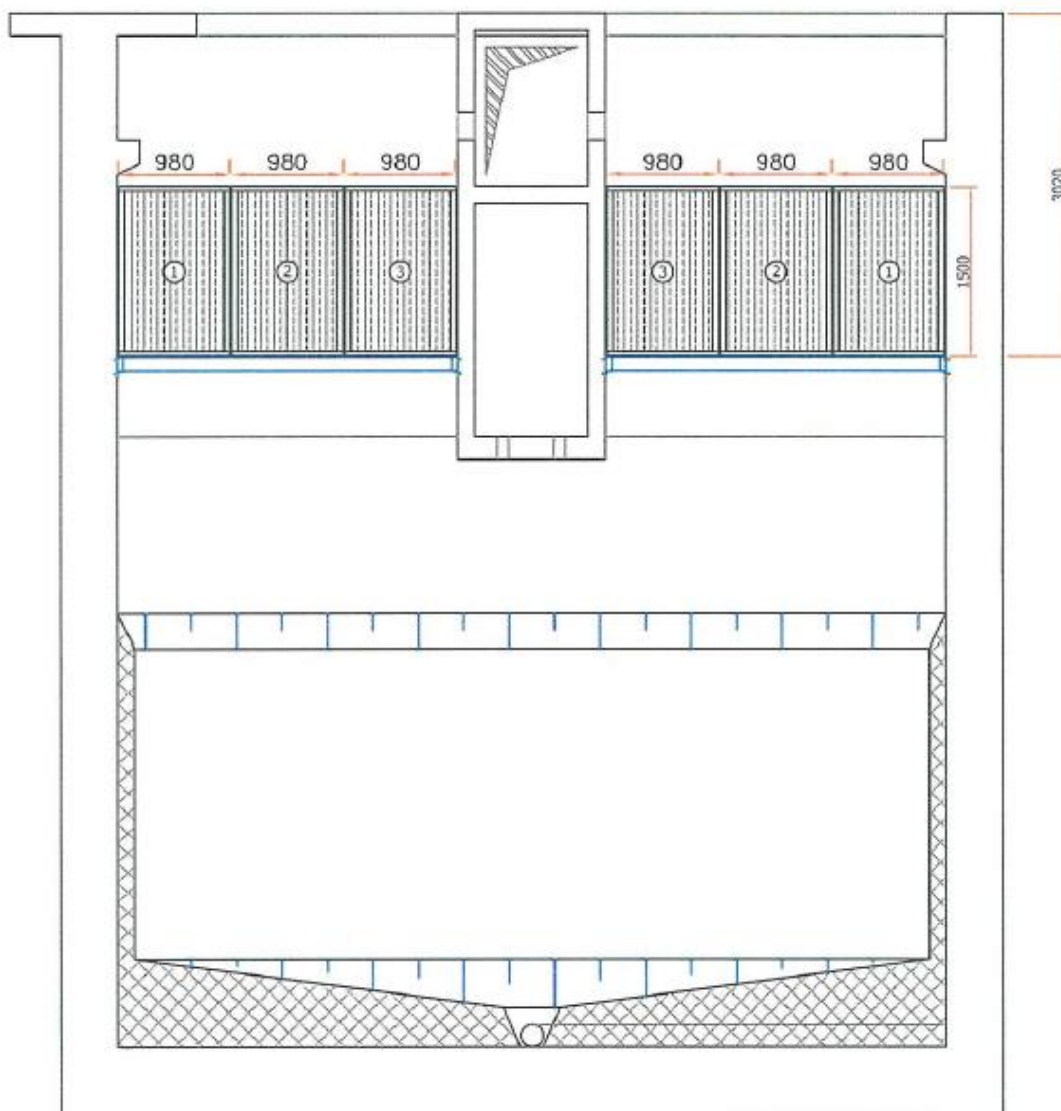


Figura 2 - Corte transversal do decantador

Nota: As lamelas identificadas nos desenhos encontram-se removidas, não estando incluídas no âmbito do presente caderno de encargos.